

O SÍTIO CERTO DA NATALIDADE

Publicado no “Jornal de Letras”, edição de 5 de Dezembro de 2006

Uma das maiores dificuldades com que nos deparamos, hoje, no discurso político, para além da sua desqualificação e empobrecimento conceptual, é a desarrumação, a falta de sentido do lugar certo que deve caber ao que se diz, e ao que se promete fazer.

Um dos casos mais recorrentes desde há algum tempo é o consenso dos políticos de todos os quadrantes, e de todos os níveis institucionais, em chamarem a atenção para a dramática baixa da taxa de natalidade no nosso país. Geralmente, o registo é o da lamentação, sem cuidado em estabelecer a etiologia do problema, sem revelar qualquer conhecimento de alguma da boa literatura que sobre as mudanças de comportamento em Portugal foi sendo produzida ao longo dos anos.

CULTIVANDO O estilo agora em moda dos anúncios de pacotes de medidas, aí vemos governantes a prometerem “incentivos” à procriação, revelando com isso mais uma das faces da profunda ignorância que se exhibe em tantos lugares cimeiros.

A simples ideia de uma política pública de natalidade deveria causar repugnância a todos os amantes da liberdade. A intervenção do Estado na esfera da família e da reprodução faz lembrar os regimes totalitários das várias cores. Hitler e Estaline tiveram as suas heroínas da reprodução.

Mas o que mais espanta é a cegueira que tais “pacotes” de iniciativas contêm. Uma cegueira que ensombra o verdadeiro significado do que está em causa. Na verdade, há quarenta anos as famílias portuguesas começaram a diminuir o número de filhos como resposta ao desafio da urbanização e da industrialização de uma população até aí predominantemente rural. Hoje, o facto de estarmos abaixo do nível de reposição das gerações tem explicações mais fundas e menos agradáveis.

AS FAMÍLIAS desistiram de se reproduzir porque as condições de vida das portuguesas e dos portugueses concretos se

têm degradado de ano para ano. Face ao risco de desemprego, com salários minguados, com empregos precários, a “recibo verde”, sem perspectivas de estabilidade, a criação de famílias numerosas só ocorre nos estratos sociais mais indigentes ou mais endinheirados. Com os sistemas de segurança social a ameaçar colapso, a ideia de construir uma família parece para muitos, e com razão, uma aventura temerária. Se juntarmos a isto a moldura de um mundo que vacila entre os tambores da guerra e a sombra de uma catástrofe ambiental sem paralelo, é caso para nos interrogarmos em que sítio imaginário vivem os nossos efémeros governantes quando cometem a ousadia de intervir na esfera íntima das famílias a troco de alguns euros. Em Portugal, hoje, a política pública de natalidade é a confissão de insucesso de todas as outras políticas que, de facto, a poderiam promover.

A grande pensadora Hannah Arendt dizia, e com razão, que a natalidade, a preparação do mundo para acolher as novas gerações era a questão essencial da política. Ora, isso não tem qualquer relação com os “incentivos” natalistas. Só uma política aberta ao futuro, capaz de defender os direitos sociais essenciais, de combater o medo social, de lutar pela paz internacional, de reforçar a confiança, de alimentar a esperança, só uma política de defesa efectiva do ambiente como condição de possibilidade da vida ela própria, só esses são os ingredientes que podem levar as famílias a alimentarem o projecto da maternidade e da paternidade.

Mas essa política implica uma visão e uma prática de estadistas, voltada para o horizonte estratégico do tempo longo, e não a atracção desmedida dos aprendizes e afins pelos “pacotes de iniciativas”, para o jornal da noite.

Viriato Soromenho-Marques